

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezasseis horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Anselmo Antunes de Sousa e dos Senhores Vereadores, Paulo Jorge Santos Dias Esteves, António César Valente Figueiredo, António Manuel Saraiva Lopes e Paulo Jorge de Lemos Amaral. -----

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente e secretariada por Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do mapa de pessoal do Município. -----

Às dezasseis horas, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que presidiu, deu início aos trabalhos.-----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, em conformidade com artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

1.1 – O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento que a Ceia de Natal com os idosos vai realizar-se no dia 18 de dezembro e a Ceia de Natal do Município no dia 20 de dezembro. Relativamente à Iluminação de Natal em Mêda irá realizar-se com um custo zero em virtude da atribuição de uma verba da RAIA VIVA ficando a contratação a cargo da RAIA HISTÓRICA. -----

1.2 – O Senhor Vereador António César tomou a palavra solicitando informações sobre o Protocolo da Adega Cooperativa de Mêda e por que razão o Município tinha uma dívida de cerca de €12.000,00 (doze mil euros) para com a Adega. Mais solicitou, que lhe seja facultado o referido Protocolo na próxima reunião. -----

1.3 – O Senhor Presidente tomou a palavra respondendo que o Protocolo existente foi pago na totalidade e que em 2013 não houve renovação de Protocolo, o que não correspondia à verdade a referida dívida. -----

1.4 – O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra esclarecendo o Senhor Vereador António César que o custo total da Feira de Caça, Floresta e Produtos Regionais de 2012, afinal tinha sido de €13.000,00 (treze mil euros). E assim sendo, o custo da animação musical da “ROSINHA”, não foi superior ao de se ter realizado uma Feira total. -----

1.5 – O Senhor Vereador Paulo Amaral tomou a palavra esclarecendo que a dívida do Município nos mandatos até 2009, de 24 anos, correspondera a cerca de 3,9 milhões de dívida, relativos aos empréstimos da Caixa de Crédito Agrícola e ao Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE). No mandato de 2009 a 2013,

não se verificou nenhuma redução da dívida, não havendo, pois, nenhum exemplo de modelo de gestão. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO -----

Presente à reunião, para aprovação, ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO Nº 38 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a ata. -----

2.2 – ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE NOVEMBRO -----

Presente à reunião, para aprovação, ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de novembro de 2013, cuja leitura foi dispensada, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO Nº 39 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a ata. -----

2.3 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE RENDA -----

Presente à reunião, para aprovação, a Informação n.º 34/2013/Assessoria Jurídica, sobre o pedido de isenção de renda das lojas do Mercado Municipal, do Consultório Médico SAMPAIO E MELO -----

DELIBERAÇÃO Nº 40 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com uma abstenção do Senhor Vereador António César, aprovar a isenção de renda para os meses de outubro, novembro e dezembro de 2013, das lojas 4, 5 e 6 do Mercado Municipal. -----

O Senhor Vereador António César absteve-se em virtude de defender a existência de uma concorrência desleal perante empresas do mesmo ramo. Não estão em igualdade de circunstância. -----

DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E SÓCIO CULTURAL -----

SETOR ADMINISTRATIVO -----

2.4 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014 -----

Presente à reunião, a Proposta n.º 7/2013, para aprovação do Mapa de Pessoal. -----

DELIBERAÇÃO Nº 41 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014. -----

SETOR FINANCEIRO -----

CONTABILIDADE E FINANÇAS -----

2.5 – 11.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL -----

Presente à reunião, a 11ª alteração orçamental no valor de 84.113,00 euros (oitenta e quatro mil cento e treze euros), para a devida apreciação e aprovação. -----

DELIBERAÇÃO Nº 42 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com uma abstenção do Senhor Vereador Paulo Amaral, aprovar a 11.ª alteração do Orçamento de 2013. -----

2.6 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 -----

Presente à reunião os documentos previsionais do município de Mêda, para o ano de 2014: Orçamento (receita e despesa), Opções do Plano (plano plurianual de investimentos e atividades mais relevantes), para a devida apreciação e aprovação.-----

Quanto a este assunto, o Senhor Presidente referiu que a nova Lei das Finanças Locais e a Lei dos Compromissos obriga a uma sustentabilidade financeira. As receitas têm que ser repartidas de uma forma sustentada em que se quis apostar na educação, cultura, ação social, uma responsabilidade cada vez maior, tendo em conta a situação económico-financeira que se vive atualmente. Tentar aproximar-nos cada vez mais da população Medense. -----

É um Orçamento de 7,9 milhões de euros em que as despesas com o pessoal representam cerca de 37%. No âmbito do plano de investimentos pretendemos projetar um conjunto de investimentos fundamentais para o desenvolvimento sustentado do Concelho, nomeadamente a Área de Acolhimento Empresarial de Mêda, a Construção do Museu de Arqueologia e os Caminhos Agrícolas e Rurais. No plano de atividades temos a promoção e divulgação do Concelho: feiras temáticas e divulgação dos produtos regionais. -----

O Senhor Vice-Presidente tomou a palavra referindo que o orçamento reflete uma preocupação da estruturação da própria Câmara Municipal. Está previsto a criação de meios por forma a dinamizar os serviços e a introdução da contabilidade custos. -----

O Senhor Vereador Paulo Amaral tomou a palavra referindo que reconhece que os montantes orçamentais têm vindo a diminuir de ano para ano. As opções do executivo visam 4 ou 5 estratégias próprias do programa político. Reconhece alguma virtude com a gestão dos custos uma vez que com a quebra da receita obriga à contenção de despesas. O orçamento reflete um pouco a continuidade do que foi feito no mandato anterior. Por outro lado, e se me é permitido, entendo que existe um tratamento pouco expressivo em relação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda. Entendo que deveria ser dado um cuidado maior a esta Associação. -----

DELIBERAÇÃO Nº 43 – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente da Câmara, votos contra do Senhor Vereador António César e do Senhor Vereador António Lopes e uma abstenção do Senhor Vereador Paulo Amaral. Tendo-se verificado empate nas votações, o Presidente

da Câmara utilizou o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, votando favoravelmente. -----

O Senhor Vereador António César e o Senhor Vereador António Lopes apresentaram a seguinte declaração de voto: *“Relativamente à proposta de orçamento aqui apresentada, gostaríamos de deixar registadas algumas notas que consideramos pertinentes: -----*

- Começamos por apresentar a nossa discordância no que respeita à forma como foi elaborado o orçamento, ou seja, pensamos que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente, por não reunir uma maioria, deveriam ter auscultado previamente os restantes membros deste executivo, potenciando a colaboração, de forma que o orçamento elaborado pudesse refletir linhas orientadoras consistentes, para não se correr o risco de andar depois a “remendar” pois este revela uma incapacidade total de pôr o Concelho a crescer. Na verdade, não deixa de ser caricato apresentar-se um orçamento sem conhecer os responsáveis pelos respetivos pelouros, que possam dar respostas adequadas às questões colocadas, nem que fosse na reunião seguinte. Era importante que acabassem as desculpas como “não sabemos”, “vamos ver”, “não tivemos tempo” que revelam um desnorte completo. -----

- As ideias iniciais apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara de um “caminho traçado que já está a dar os seus frutos”, não conseguindo perspetivar quais, nem perceber esta forma avulsa, dado o orçamento proposto, que quanto a nós, deveria verter sim a limitação financeira, mas não a vida que lhe poderia estar subjacente com o vislumbre do empreendedorismo, da criação de postos de trabalho sustentados e da melhoria de condições de vida para os nossos jovens e as muitas famílias que aqui não encontram resposta às suas necessidades básicas e têm que abandonar o Concelho, ou por outro lado, as muitas dificuldades encontradas por parte daqueles que são obrigados a regressar, quando perdem os seus empregos nas grandes cidades. Até porque quando, a certa altura, é referida a câmara como sendo o “baluarte” orientador, sublinhamos que o mesmo deveria ser de incentivo e apoio à iniciativa privada e não à camarária. -----

- No orçamento a área prioritária é a educação (atribuição de bolsas, etc.) dizendo-se que se poderá “abdicar da realização de eventos” uma desculpa e uma justificação extremista pois eles já quase não existem. Compreendemos a origem do Senhor Presidente, e até podemos concordar que é uma área prioritária, mas sem descurar nenhuma outra. Até porque é fundamental para atrair alunos, dando boas condições de fixação para as suas famílias, não com ofertas precárias de emprego, de que são exemplo os POC’s e outras

formas de ilusão; mas com a motivação e impulsos municipais há criação de emprego próprio. -----

- Encontramos neste orçamento um sector primário esquecido. Podem até considerar-nos suspeitos, porque é evidente que as nossas razões são agrícolas, mas consideramos que uma das vias de salvaguardar os interesses do nosso conselho é defendê-lo, valorizá-lo explorando as suas riquezas naturais ou transformadas, nunca esquecendo o vinho, azeite, leite, queijo, castanha, amêndoa, mel, uma imensidão de produtos regionais que nos identificam e podem afirmar-nos nacional e internacionalmente. Sem esquecer as associações, cooperativas e outras pequenas indústrias que estão associadas a este sector e que não podem ser tratadas como uma "mera" equipa de futebol. -----

- O Museu é outra real preocupação, e com toda a mais-valia que possa trazer, nós questionamos qual seria de facto, a forma de criar emprego, ou gerar receitas próprias ou o que se pode "vender" ao nosso turismo para angariar receita municipal." -----

TESOURARIA -----

2.7 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA, RELATIVO AO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2013 --

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 225, de 26 de novembro de 2013, cujo valor em Operações Orçamentais é de €1.025.321,58 (um milhão e vinte e cinco mil, trezentos e vinte e um euros e cinquenta e oito cêntimos), e em Operações Não Orçamentais €289.596,89 (duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e seis euros e oitenta e nove cêntimos). -----

O Executivo tomou conhecimento. -----

SETOR SOCIO CULTURAL -----

2.8 – BOLSAS DE ESTUDO -----

Presente à reunião, para aprovação, a Informação n.º 74/2013, para no âmbito do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, fixar o número de bolsas a atribuir no corrente ano letivo. -----

DELIBERAÇÃO Nº 44 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, fixar em quinze o número de bolsas a atribuir, sendo uma de mérito académico. Não havendo, candidatos que preencham os requisitos para a bolsa de mérito, esta reverte para os candidatos de carência económica. -----

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS -----

2.9 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES: -----

- Maria Fernanda Clemente Almeida ----- Mêda

Handwritten signature

Processo Nº112/2013 ----- Deferido
 - Adélia da Luz Saraiva dos Santos ----- Chãos
 Processo Nº93/2013 ----- Deferido
 - Pedro dos Santos Fernandes ----- Vale Flor
 Processo Nº106/2013 ----- Deferido
 - Ana Paula Pereira Pendão ----- Poço do Canto
 Processo Nº109/2013 ----- Deferido
 - João Abel Fonseca Rodrigues ----- Mêda
 Processo Nº102/2013 ----- Deferido
 - Sara Leopoldina Ferreira Lourenço Sousa ----- Mêda
 Processo Nº65/2013 ----- Deferido
 O Executivo tomou conhecimento. -----

2.10 – PEDIDO DE PARECER PARA CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE -----

Presente à reunião, para apreciação o pedido de parecer para constituição de compropriedade, de Edite de Jesus Ramos Rodrigues, da União de Freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fonte Longa.-----

DELIBERAÇÃO Nº 45 – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos contantes da aludida informação técnica, o pedido de parecer para a constituição de compropriedade. -----

2.11 – APROVAÇÃO EM MINUTA: -----

DELIBERAÇÃO Nº 46 – Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os pontos 2.3, 2.5, 2.8 e 2.10, em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

Nada mais havendo a tratar às dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conforme, vai ser assinada pelos membros do Executivo presentes na reunião e por mim, Fernanda Maria Simões de Oliveira, Técnica Superior do Mapa de Pessoal deste Município, que secretariei.-----

Handwritten signatures of the Executive members and the Secretary.

Antônio Carlos Valté

Paulo Esten

Fernanda Maria Soares de Oliveira